

a. (red)

# FOLHETIM



## RAÇA E QUESTÃO NACIONAL

por Octavio Ianni

## HISTÓRIA E MEMÓRIA

por Olgária Matos



# Raça e questão nacional

Octavio Ianni

Pode-se dizer que a revolução burguesa ocorrida no Brasil não resolveu o problema racial

Tarsila do Amaral, "Operários", 1933



Transformados em trabalhadores mas não em cidadãos

Na história da sociedade brasileira, a questão nacional foi colocada pelo menos três vezes. Em termos particularmente fortes, foi colocada com a Declaração da Independência em 1822, a Abolição da Escravatura em 1888 e a Revolução de 1930. Essas datas marcam apenas o momento inicial de uma nova época de lutas sociais, debates, conquistas e derrotas que compreendem aspectos diferentes da questão nacional. Em cada uma dessas épocas, a sociedade se põe diante de problemas tais como os seguintes: raça, mestiçagem e população; povo e cidadão; terras devolutas, indígenas, ocupadas, griladas e tituladas; províncias, ou estados, e Estado nacional; centralismo e federalismo; região e nação; língua nacional, línguas portuguesa, indígena, africana ou língua brasileira; língua e dialetos; religião oficial e religiões populares; cultura oficial, erudita, popular, indígena, africana, européia ou brasileira; sociedade nacional, independência e soberania; nacionalismo e imperialismo; sociedade civil e Estado nacional. Em cada época, a sociedade brasileira se põe diante de alguns ou todos esses problemas.

Vejamos como tem sido colocada a problemática racial, vista no âmbito da questão nacional e tendo em conta as três épocas mencionadas. A problemática racial pode ser uma perspectiva eficaz para a análise da

formação do povo, da metamorfose das raças e mestiços em povo. O passado e o presente estão nessa história.

Durante o século 19, enquanto a sociedade estava apoiada no regime de trabalho escravo, o debate nacional polarizou-se em termos de indianismo, inicialmente, e europeísmo, depois. Logo após a Independência houve um surto indianista. A mesma literatura que trabalhava o mito da raiz indígena da sociedade brasileira, trabalhava também uma imagem mais abrangente da sociedade brasileira como um todo. Ao privilegiar o índio, mesmo não lidando maiormente com os outros, a poesia de Gonçalves Dias e o romance de José de Alencar situavam e articulavam escravos e livres, índios, negros e brancos, portugueses e brasileiros, ou raça, população e povo. Da mesma maneira, o indigenismo inicial de José Bonifácio e Varnhagen também entrava na elaboração da fisionomia da população brasileira. Todos estavam inventando a nação.

O abolicionismo e a política de incentivo à imigração européia alteram o quadro inicial. Introduzem uma crescente valorização do imigrante, implicando a proposta de europeização, isto é, branqueamento da população. Ao lado da idealização do índio, em contraposição ao português e negro, desenvolve-se a idealização do europeu, também em contraponto com o negro.

Com a Abolição do regime de trabalho escravo e a Proclamação da República, o poder estatal passa às mãos da oligarquia cafeeira que já se achava apoiada no colonato de imigrantes europeus. Para essa oligarquia, o índio, o negro, e mesmo o branco nacional, eram colocados em segundo plano. Valorizava-se o imigrante. Aproveitou-se a imigração para provocar a redefinição social e cultural do trabalho braçal, de modo a transformá-lo em atividade honrosa, livre do estigma da escravatura. Tão honrosa que o negro e o índio somente poderiam exercê-la se a executassem como o imigrante. As modificações das condições de produção — isto é, forças produtivas e relações de produção — ocorrem simultaneamente com a modificação das idéias, princípios ou categorias.

A rigor, estava em marcha a revolução burguesa. Revolução essa que implicava o radical divórcio entre a propriedade da força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. A sociedade burguesa começava a desenvolver-se sem os entraves do regime de trabalho escravo, que atava o trabalhador aos meios de produção, baralhava as forças produtivas e as relações de produção. Esse foi o contexto em que se acentuou a valorização do trabalhador branco, imigrante europeu, como agente ou



## Luxúria e preguiça

O arianismo vem por dentro da revolução burguesa em marcha, por dentro desse processo fundamental de redefinição do trabalho e trabalhador, ou seja, força de trabalho. Tanto assim que um ingrediente desse mesmo arianismo é a tese de que o índio, o negro, e até mesmo o trabalhador nacional branco, entregavam-se à luxúria e à preguiça. A tristeza, luxúria, cobiça e preguiça eram os pecados do índio, caboclo, negro e mulato, enquanto não se ajustassem às exigências do mercado de força de trabalho, do trabalho submetido ao capital, na fazenda, engenho, usina, estância, seringal, oficina, fábrica. Tratava-se de redefinir o trabalhador para redefinir a força de trabalho. Redefinir as condições de produção do lucro, ou mais-valia, ao mesmo tempo que o trabalhador, já que este era o proprietário da principal força produtiva.

O lema "ordem e progresso" expressa o caráter da revolução burguesa em marcha. Os massacres de Canudos e Contestado foram alguns exemplos da realização da ordem preconizada pelo lema. O colonato, a proletarianização no campo e cidade, a industrialização, a emergência da burguesia industrial, ao lado da expansão capitalista no campo, foram exemplos da realização do progresso preconizado no lema. Estava cumprida a metamorfose do trabalhador escravo em trabalhador livre.

O ano de 1930 assinala uma alteração fundamental no enfoque do problema racial brasileiro. Todo um largo debate, que vinha de décadas anteriores, parece organizar-se em algumas correntes principais, a partir da ruptura representada pela Revolução de 30. Pouco a pouco, nos anos e décadas posteriores, delineiam-se as interpretações mais importantes, com as quais se defrontam posteriormente todos os que vivem e estudam o problema racial brasileiro. Primeiro, formula-se a tese da democracia racial. Segundo, retoma-se, em linguagem diversa, em geral mais discreta, o racismo embutido na tese arianista. Terceiro, desenvolve-se o indigenismo, compreendendo sertanistas, antropólogos e, principalmente, os próprios índios. Quarto, coloca-se o problema racial no âmbito da reflexão sobre a sociedade de classes.

É possível dizer que essas colocações fazem parte de um debate mais amplo, no qual se acham engajados movimentos sociais e partidos políticos, grupos raciais e classes sociais, políticos e intelectuais, igrejas, militares e setores do poder estatal. O que está em causa, fundamentalmente, é a metamorfose da população em povo, entendendo-se a população como uma pluralidade de raças e mesclas, e povo como uma coletividade de cidadãos. Uns querem circunscrever os membros da população à condição de trabalhadores: sem luxúria nem preguiça. Outros querem a transformação do negro, mulato, índio, caboclo, imigrante em cidadão. E há aqueles que procuram mostrar as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais que constituem e reproduzem as desigualdades raciais. No conjunto, todos estão lidando com as condições de constituição e organização da sociedade civil. A marcha da revolução burguesa, na medida em que expressa os desenvolvimentos de uma formação social capitalista, implica na instituição da liberdade e igualdade entre proprietários de mercadorias. Compradores e vendedores, principalmente de força de trabalho, precisam de liberdade e igualdade, para realizar o contrato. Está em causa o princípio da cidadania da mercadoria, que aparece como se fora atributo de compradores e vendedores, principalmente de força de trabalho.

A Frente Negra Brasileira, criada em 1931, teve também esse significado: fortalecer o negro e mulato na sociedade de mercado, burguesa, em expansão. Além das reivindicações de cunho político e cultural, expressou a reivindicação de um largo contingente de trabalhadores, isto é, vendedores de força de trabalho. Eles queriam condições mais justas, ou seja, semelhantes às que desfrutavam os trabalhadores brancos, então bastante identificados com imigrantes europeus e seus descendentes. A Frente Negra foi um dentre muitos outros movimentos sociais e associações criados com a finalidade de lutar contra o preconceito e a discriminação no trabalho, escola, família, igreja e outros lugares.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro adotou uma política de nacionalização forçada de alemães, italianos, poloneses, japoneses e outros



"Uirá", de Gustavo Dahl: neo-indianismo

imigrantes de primeira e outras gerações. A ditadura do Estado Novo agiu militarmente nos partidos, movimentos, associações, igrejas, escolas e outros círculos de atividades. Era uma decorrência da adesão do Brasil à guerra contra o nazi-fascismo alemão, italiano e japonês; de acordo com uma política continental formulada pelo governo dos Estados Unidos da América do Norte.

Depois da guerra, aos poucos apagaram-se as marcas da nacionalização forçada. Os remanescentes das primeiras gerações e os descendentes de alemães, italianos, japoneses, poloneses e outros reiniciaram e desenvolveram a sua participação nas atividades econômicas, políticas e culturais. Reduziram-se entraves e preconceitos. Mas não se eliminaram preconceitos diversos, inclusive entre os descendentes dos imigrantes.

Ao longo dos anos da democracia populista, desenvolveu-se bastante o indigenismo, de base antropológica. Multiplicaram-se os cursos, as pesquisas e os debates sobre o problema do índio. A defesa das terras, a proteção da cultura e a preservação das condições de vida e trabalho do índio ganharam ênfase. Ressurgiram os ideais de José Bonifácio e Rondon — isto é, do iluminismo e positivismo — fortalecidos ou modificados pelos novos ensinamentos da antropologia. Essa foi a época em que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ganhou maior dinamismo. Também o Museu do Índio desenvolveu bastante as suas atividades, em termos de cursos, pesquisas e debates. Entretanto, a proteção efetiva da comunidade indígena esteve sempre prejudicada pela ingerência dos negociantes de terras, militares e outros grupos com fortes interesses representados no poder estatal.

## População conquistada

A partir de 1964, sob a ditadura militar, as linhas principais da problemática racial continuaram a ser aquelas desenvolvidas após a Revolução de 30: democracia racial, racismo disfarçado, indigenismo, raça e classe. Mas houve algumas alterações significativas.

Ficou bem mais difícil falar em democracia racial em um país no qual o povo em formação foi jogado de novo ao nível de simples população de trabalhadores. Esse processo disfarçou-se sob a tese de que as pessoas,

os grupos, as associações, os movimentos sociais, os partidos políticos, as idéias podiam ser suspeitos, perigosos, nocivos à segurança do Estado. Os governantes não precisaram revelar o seu racismo; simplesmente passaram a tratar toda população de trabalhadores como indefesa, incapaz para o voto, sujeita à demagogia e carisma, suspeita, carente do mando do Estado militarizado: população conquistada.

Ao mesmo tempo, desenvolveu-se o conteúdo geopolítico do indigenismo governamental. O problema indígena passou a ser encarado, de forma mais aberta que em épocas anteriores, como um problema de segurança nacional. A pretexto de que o índio poderia sofrer a influência de movimentos de esquerda, laicos ou religiosos, a ditadura militar conferiu categoria geopolítica à problemática indígena. Simultaneamente, aproveitou para favorecer a expropriação das terras indígenas, como ocorre, por exemplo, na Amazônia.

Sob vários aspectos, o cacique e deputado federal Juruna simboliza o protesto indígena contra a forma pela qual o Estado burguês tem lutado contra a comunidade indígena. Juruna, Megaron, Marcos Terena e muitos outros expressam o protesto indígena: lutam pela reconquista ou preservação das suas terras, pelo direito de preservar o seu modo de vida, trabalho e cultura. Expressam uma forma de pensar e sentir e agir que nada tem a ver com a sociabilidade burguesa. Ainda que mesclados, emaranhados, em essência a comunidade e a sociedade, ou a aldeia e a cidade, são dois universos distintos. "Era bom quando branco não ameaçava a gente. Agora não. Temos que conhecer como vive, como pensa, como faz branco. Não adianta fugir. Ficar dentro São Marcos, na aldeia, sem sair, é pior. Sempre vou cidade. Trago um, dois, três índio comigo. Não trago muito, não. Trago aos pouco. Vou ensinando, mostrando. Índio então fica abismado. Tudo diferente. E com medo. Índio não entende como tanta gente, e quase ninguém se fala. Todo o mundo de cara fechada. Triste. Cidade é muito triste. Índio fica triste também na cidade" (1).

Houve inclusive uma espécie de ressurgência do indianismo literário, às vezes também romântico, a despeito do embasamento antropológico. Algumas produções artísticas, tais como os romances *Quarup* de Antonio Callado e *Maira* de Darcy Ribeiro, a peça de teatro *Supysáva* de Aurélio Michiles e o filme *Uirá* de Gustavo Dahl expressam esse neo-indianismo. Recolocam o divórcio entre o índio e o branco, a aldeia e a cidade, a comunidade e a sociedade. Dois mundos diversos, alheios, apesar de mesclados. O fascínio do intelectual, em geral ▶



burguês, pelo índio, tem muito a ver com o mistério deste, com o fato de que o índio é outro. Modo de ser.

Naturalmente também o negro e o mulato entram na ciência e arte do branco, enquanto burguês. Inclusive nesse caso está presente o dilema, fascínio ou mistério do outro. Os filmes *Xica da Silva*, de Cacá Diegues, e *Amuleto de Ogum*, de Nelson Pereira dos Santos, são duas amostras dessa inquietação. Um acaba por folclorizar o negro; transforma-o em divertimento, em lugar de desfazer o dilema. Outro se debruça sobre o dilema, deixa-se levar pelo mistério.

Ao mesmo tempo, o negro e o mulato preservam e alargam o seu espaço de vida e criação. A despeito das condições adversas, criam e recriam muito de sua singularidade no interior e nos poros da sociedade. Afirmam-se tanto na religião, música, canto, dança e outras atividades culturais como na sociologia, antropolgia e outros campos da ciência. A medida que vivem e sofrem a cidade, também se apropriam dela. Transformam a cidade em um caleidoscópio de outras possibilidades.

Desde antes da Abolição, os negros libertos organizavam-se. Muitos clubes combinavam atividades recreativas, assistenciais e culturais. O clube Floresta Aurora, criado em Porto Alegre antes de 1888 e em atividade até o presente, é um marco nessa história. No século 20 criaram-se muitos clubes, associações, publicações e movimentos sociais. O jornal "Clarim da Alvorada" e o movimento denominado Frente Negra Brasileira ficaram na história das lutas sociais do negro brasileiro como marcos importantes. Ao lado das atividades recreativas, assistenciais e culturais, desenvolviam-se também as políticas. Sob certos aspectos, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, criado em 1978, retoma algumas dessas reivindicações. Em todos os casos, em forma aberta ou velada, há uma luta permanente contra o preconceito e a discriminação. Uns reivindicam os direitos de cidadania. Outros engajam-se na crítica da cidadania burguesa, formal, pouco efetiva, que recobre as desigualdades dos grupos raciais e classes sociais. Todos lutam de modo a alcançar a transformação do negro em povo. "Como se combater este preconceito que gera marginalização econômica, social e cultural de ponderável faixa da atual população brasileira? Para nós, não adiantam campanhas humanitárias, educacionais ou de fundo filantrópico. Necessita-se criar um universo social não competitivo, fruto da economia de uma sociedade que saia do plano da competição e do conflito e entre na faixa da planificação e da cooperação" (2).

Em poucas palavras, essas são as três épocas principais da história da problemática racial brasileira. Durante o Império predominou o indianismo literário, como uma afirmação abstrata da nacionalidade brasileira em face do lusitanismo predominante na Colônia. Mas logo emerge o europeísmo, por meio do qual se valoriza o imigrante europeu, como trabalhador livre. Aliás, ocorre inclusive a valorização das produções econômicas, políticas e culturais européias. Na Primeira República, à medida que crescem as atividades econômicas no campo e cidade, emerge o arianismo. Trata-se de uma valorização mais ostensiva do europeu, como civilizado, superior, histórico e branco; em face do negro, mulato, índio e caboclo. Em seguida, com o predomínio do populismo, inicialmente, e militarismo, depois, desenvolvem-se várias teses. A democracia racial aparece principalmente nos discursos das classes dominantes. O indigenismo de antropólogos e escritores passa a contar com uma presença cada vez mais forte do próprio índio. E a discriminação racial é vista principalmente pelos próprios negros, mulatos, índios e caboclos, entre outros, mas também por aqueles que estudam a sociedade como um complexo de grupos raciais e classes sociais.

Pode-se dizer que a revolução burguesa ocorrida no Brasil não resolveu o problema racial. Na perspectiva do índio e negro, o problema racial continua em aberto. O camponês, operário rural, operário urbano, empregado, funcionário e outras categorias de trabalhadores continuam a defrontar-se com as diferenças raciais, além das de classes. Mais frequentemente, as desigualdades sociais compreendem e mesclam diversidades raciais e de classes sociais. Sem esquecer as diversidades de cunho regional, religiosas, culturais e outras, presentes nas condições de trabalho e vida de todos.

A revolução burguesa resolveu muito bem o problema da transformação das raças em população, compreendendo-se esta como uma coletividade de trabalhadores. Desde a abolição do regime de trabalho escravo, o imigrante, negro e índio foram reeducados para o trabalho livre. Houve uma vasta reeducação de uns e outros para que se ajustassem às exigências do mercado de força de trabalho. Agora todos são iguais e



"Xica da Silva", de Carlos Diegues: o negro folclorizado

livres, enquanto proprietários de força de trabalho. Como os outros proprietários de mercadorias. Mas aí terminam a liberdade e a igualdade.

## Povos históricos e não-históricos

Talvez se possa dizer que a revolução burguesa reitera a tese de que a humanidade se divide em povos históricos e não-históricos. Todos os europeus e seus descendentes brasileiros seriam históricos, civilizados, brancos, superiores, dominantes. Todos os outros — no caso do Brasil, índios e negros —, seriam não-históricos, fetichistas, bárbaros, inferiores, dominados.

Nesse sentido é que a revolução burguesa não resolveu o problema racial. Transformou o negro, índio e imigrante em trabalhadores; mas não os transformou em cidadãos. Nos institutos jurídicos obviamente está estabelecido o princípio de que todos são iguais perante a lei, independentemente da raça, sexo, religião, classe e outras diversidades sociais. Mas essa igualdade jurídica é formal, abstrata, ilusória, quando se trata de camponeses, operários, empregados, funcionários, na fazenda, fábrica, escritório. Na prática, há uma larga desigualdade racial, entre outras desigualdades sociais, além das diferenças entre as classes. No máximo, uns e outros aparecem como cidadãos para vender e comprar mercadorias; destacando-se a força de trabalho. Por isso o povo não se constitui, senão com muitos obstáculos. Todos são cidadãos de categoria inferior, apenas para exercerem a sua função de trabalhadores. Os movimentos sociais e os partidos políticos, na medida em que expressam reivindicações raciais, culturais, regionais e de classe, são periodicamente bloqueados, ou simplesmente desbaratados. A cooptação, o diversionismo e a violência são as técnicas de poder que as classes dominantes põem em ação para reduzir ou anular a força dos movimentos e partidos.

Em geral, as classes dominantes organizam o Estado jogando com as desigualdades raciais, regionais, culturais e outras, além das desigualdades entre as classes

sociais. Em certa medida, as várias desigualdades são capitalizadas pelas classes dominantes. Uma das razões da reiteração do Estado autoritário no Brasil está na realidade das desigualdades raciais, regionais e culturais, o que permite que as classes dominantes joguem com elas, de modo a enfraquecer a capacidade de reivindicação e luta de amplos setores da sociedade civil.

Entretanto, o fato de que a revolução burguesa não resolveu o problema racial acaba por criar outra gama de contradições sociais. Junto com as contradições de classes, desenvolvem-se as contradições raciais. Em muitos casos, o camponês é também negro, mulato, índio ou caboclo. Da mesma forma, o operário e outras categorias de trabalhadores. As várias classes sociais reúnem inclusive as reivindicações de cunho racial, cultural e regional.

Nessa perspectiva, a revolução burguesa e o desenvolvimento da formação social capitalista implicam na criação, reiteração e desenvolvimento de uma complexa rede de contradições sociais. As contradições de classes, raciais, culturais e regionais, entre outras, constituem-se como fundamento de outra revolução. A revolução popular, que se esboça em muitas ocasiões na história da sociedade brasileira, tem muito a ver com esse complexo de contradições. Muitos acontecimentos, passados e presentes, podem ser vistos nessa perspectiva. Movimentos sociais, motins, revoltas e outras manifestações com frequência combinam as reivindicações de trabalhadores que são negros, mulatos, índios e caboclos. Nesse sentido é que a emancipação do operário e camponês passa pela emancipação do índio e negro. ■

(1) Mario Juruna, cacique xavante, em entrevista a Edilson Martins, *Nossos Índios Nossos Mortos*, Editora Codecri, Rio de Janeiro, 1978, pág. 285.

(2) Clovis Moura, *O Negro — De Bom Escravo a Mau Cidadão?*, Conquista, Rio de Janeiro, 1977, pág. 87.

Este artigo é um resumo do trabalho intitulado "As Etnias e a Questão Nacional", apresentado no Seminário sobre *A Permanência Histórica no Índio no Brasil*, realizado na PUC-SP, nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho de 1984.